



**Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul**  
**C R E M E R S**

Av. Princesa Isabel, 921 - Fone (51) 3219-7544 - Caixa Postal 352 - 90620-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Internet (e-mail): cremers@cremers.com.br

**RESOLUÇÃO CREMERS N ° 10/2009**

**EMENTA:** *Regulamentação dos consultórios e clínicas especializadas em que se realizam procedimentos médicos em cirurgia plástica.*

**O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei n ° 3.268, de 30 de Setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto n ° 44.045, de 19 de Julho de 1958 e Lei 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e

**CONSIDERANDO** que é dever do médico guardar absoluto respeito pela vida humana, não podendo, seja qual for a circunstância, praticar atos que afetem ou concorram para prejudicá-la;

**CONSIDERANDO** que o médico deve envidar o máximo esforço na busca da redução de riscos na assistência aos seus pacientes;

**CONSIDERANDO** que é direito do médico indicar o procedimento adequado ao paciente, observadas as práticas reconhecidamente aceitas e respeitadas as normas legais do País;

**CONSIDERANDO** a regulamentação da prática cirúrgica ambulatorial prevista na Resolução CFM n ° 1.409/1994;

**CONSIDERANDO** os equipamentos e medicamentos indispensáveis nos locais onde ocorra procedimento médico sob sedação, determinados na Resolução CFM n ° 1.670/2003;

**CONSIDERANDO** os parâmetros éticos para procedimento e cirurgia plástica emanados pela Resolução CFM n ° 1.621/2001,

**CONSIDERANDO** a Resolução CFM n ° 1.671/2003 que normatiza atendimentos de urgência e emergência;

**CONSIDERANDO** os parâmetros de segurança a serem observados nas cirurgias de lipoaspiração contidos na Resolução CFM n ° 1.711/2003;

**CONSIDERANDO** as condições mínimas de segurança para a prática de anestesia, previstas na Resolução CFM n ° 1.802/2006;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentação dos consultórios e clínicas especializadas onde se realizam procedimentos médicos em cirurgia plástica e

**CONSIDERANDO** o decidido em Sessão Plenária do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul n ° 01 de setembro de 2009,

**RESOLVE:**



# Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul

C R E M E R S

Av. Princesa Isabel, 921 - Fone (51) 3219-7544 - Caixa Postal 352 - 90620-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Internet (e-mail): cremers@cremers.com.br

**Art. 1º** Classificar os locais de atendimento para procedimentos médicos de cirurgia plástica em consultório (Porte I) e clínicas especializadas (Portes II e III) e normatizar os procedimentos ali realizados.

Parágrafo 1º O consultório e as clínicas especializadas em procedimentos de cirurgia plástica obedecerão as normas gerais e específicas do Ministério da Saúde e das Coordenadorias de Vigilância Sanitária Estadual e Municipais.

Parágrafo 2º É obrigatória a documentação comprobatória de que há garantia de transporte especializado e internação hospitalar frente a eventuais intercorrências emergenciais.

**Art. 2º** No consultório (Porte I) poderão ser realizados os seguintes procedimentos médicos:

- a) consulta médica;
- b) orientação quanto à necessidade de exames complementares pré-operatórios;
- c) orientação quanto aos cuidados pertinentes ao pós-operatório;
- d) fotografias de pacientes, quando necessárias, para documentação em prontuário, após autorização escrita e assinada;
- e) esclarecimento aos pacientes quanto aos procedimentos a que serão submetidos, tempo estimado do procedimento e riscos anestésicos e cirúrgicos, bem como Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado;
- f) Realização de curativos e a retirada de pontos com técnica, material e equipamentos adequados.

**Art. 3º** Na Clínica especializada de Porte II poderão ser realizados os procedimentos médicos em cirurgia plástica:

- a) classificados de risco ASA 1;
- b) que não necessitam de acesso venoso para infusão de medicamentos, exceto retoques de lipoaspiração de aproximadamente 250 ml;
- c) que forem isentos de sedação inalatória, oral ou parenteral;
- d) que não comprometam a permeabilidade de vias aéreas;
- e) que não obriguem a utilização máxima de 3,5 mg/Kg de lidocaína a 2%, diluída ou não;
- f) exereses de nevos;
- g) ablação de cistos sebáceos e pequenos tumores superficiais;
- h) retirada de lesões pigmentadas;
- i) infiltração de alterações cicatriciais;
- j) exereses de cicatrizes até 10 cm em sua maior extensão.

**Art. 4º** Na Clínica especializada de Porte III poderão ser realizados, além dos previstos na de Porte II, os demais procedimentos, incluindo aqueles que exijam qualquer tipo de sedação e a presença obrigatória de anesthesiologista, conforme determinam as Resoluções do CFM 1.802/06 e 1.670/03.

**Art. 5º** Quando houver pernoite do paciente, é obrigatória a presença de médico plantonista.

**Art. 6º** A relação de materiais, fármacos e equipamentos das clínicas especializadas consta nos Anexos I, II, III e IV.



# Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul

C R E M E R S

Av. Princesa Isabel, 921 - Fone (51) 3219-7544 - Caixa Postal 352 - 90620-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

Internet (e-mail): cremers@cremers.com.br

## ANEXO I

### **EQUIPAMENTOS DE EMERGÊNCIA E REANIMAÇÃO**

<b>Oxigênio</b>	Sistema para fornecimento de oxigênio a 100%
<b>Aspirador</b>	Sistema para aspirar secreções Sondas para aspiração
<b>Manutenção das Vias Aéreas</b>	Máscaras faciais Máscaras laríngeas Cânulas naso e orofaríngeas Tubos endotraqueais Laringoscópio com lâminas
<b>Monitores</b>	Oxímetro de pulso com alarmes Monitor cardíaco
<b>Equipamentos para Reanimação e Medicamentos</b>	Aparelho para medir pressão arterial Balão auto-inflável (Ambu); Desfibrilador; Drogas para a reanimação; Antagonistas: Naloxone, Flumazenil; Impressos com protocolos para reanimação (tipo ACLS)

## ANEXO II

### **EQUIPAMENTOS BÁSICOS PARA A ADMINISTRAÇÃO DA ANESTESIA E SUPORTE CARDIORRESPIRATÓRIO**

1. Em cada sala onde se administra anestesia: secção de fluxo contínuo de gases, sistema respiratório e ventilatório completo e sistema de aspiração.
2. Na unidade onde se administra anestesia: desfibrilador, marca-passo transcutâneo (incluindo gerador e cabo).
3. Recomenda-se a monitoração da temperatura e sistemas para aquecimento de pacientes em anestesia pediátrica e geriátrica, bem como em procedimentos com duração superior a duas horas, nas demais situações.
4. Recomenda-se a adoção de sistemas automáticos de infusão para administração contínua de fármacos vasoativos e anestesia intravenosa contínua.

## ANEXO III

### **INSTRUMENTAL E MATERIAIS**

1. Máscaras faciais
2. Cânulas oronasofaríngeas
3. Máscaras laríngeas
4. Tubos traqueais e conectores
5. Seringas, agulhas e cateteres venosos descartáveis
6. Laringoscópio (cabos e lâminas)
7. Guia para tubo traqueal e pinça condutora
8. Dispositivo para cricotireostomia
9. Seringas, agulhas e cateteres descartáveis específicos para os diversos bloqueios anestésicos neuroaxiais e periféricos

## ANEXO IV

### **FÁRMACOS**

1. Agentes usados em anestesia, incluindo anestésicos locais, hipnoindutores, bloqueadores neuromusculares e seus antagonistas, anestésicos inalatórios e dantroleno sódico, opióides e seus antagonistas, antieméticos, analgésicos não-opióides, corticosteróides, inibidores H<sub>2</sub>, efedrina/etil-efrina, broncodilatadores, gluconato/cloreto de cálcio.
2. Agentes destinados à recuperação cardiopulmonar, incluindo adrenalina, atropina, amiodarona, sulfato de magnésio, dopamina, dobutamina, noradrenalina, bicarbonato de sódio, soluções para hidratação e expansores plasmáticos.



# Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul

C R E M E R S

Av. Princesa Isabel, 921 - Fone (51) 3219-7544 - Caixa Postal 352 - 90620-001 - Porto Alegre - RS - Brasil

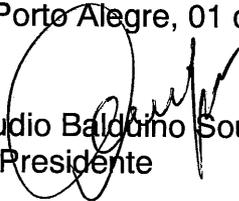
Internet (e-mail): cremers@cremers.com.br

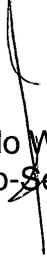
**Art. 7º** Os anexos e as listas de equipamentos, instrumental, materiais e fármacos que obrigatoriamente devem estar disponíveis no ambiente onde se realiza qualquer anestesia e procedimentos médicos em cirurgia plástica, e que integram esta resolução, serão periodicamente revisados.

**Art. 8º** O médico elaborará e manterá prontuário completo de todos pacientes, contendo os dados relativos à consulta médica, pormenores dos procedimentos cirúrgicos efetuados, evolução, bem como o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

**Art. 9º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Alegre, 01 de setembro de 2009

  
Dr. Cláudio Balduino Souto Franzen  
Presidente

  
Dr. Fernando Weber Matos  
Primeiro-Secretário

**Aprovado na Sessão Plenária de 01.09.09 – Ata 2317**